

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Atualizado até 12/11/2025

Tema	Palavras-chave	Assunto	Recurso	Situação processual	Reperc.	Julgado	Publicado	Transitado	Código SAJ	Suspensão em 1º e 2º graus
1290	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CÉDULA CRÉDITO RURAL - CORREÇÃO MONETÁRIA MARÇO 1990 - PLANO COLLOR I - ÍNDICE CADERNETA POUPANÇA - ACP 94.008514-1 - RG RECONHECIDA RE	Discute-se o critério de reajuste do saldo devedor das cédulas de crédito rural, no mês de março de 1990, nos quais prevista a indexação aos índices da caderneta de poupança. SUSPENDENDO DERIVADO DO JULGAMENTO DA ACP 94.008514-1 NO STJ (RESP 1319232)	1445162	SUSPENSO COM EFEITOS GERAIS	10/02/2024	NÃO	NÃO	NÃO	80946	SIM
1270	AÇÃO CIVIL PÚBLICA - LIQUIDAÇÃO - LEGITIMIDADE MP - DIREITO INDIVIDUAL HOMOGÊNEO DISPONÍVEL - RG RECONHECIDA RE	Discute-se a legitimidade do Ministério Público (MP) para promover a liquidação coletiva de sentença proferida em ação civil pública sobre direitos individuais homogêneos disponíveis, visando a reparação de danos individualmente sofridos pelas vítimas ou seus sucessores. SUSPENDENDO	1449302	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	22/09/2023	PARCIAL	NÃO	NÃO	80931	NÃO
0208	COMPETÊNCIA - INTERNET - INDENIZAÇÃO DANOS MORAIS MATERIAIS DE CRÍTICA - RG RECONHECIDA RE	Discute-se qual o foro competente para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet. SUSPENDENDO	601220	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	23/10/2009	NÃO	NÃO	NÃO	80353	NÃO
0837	DANOS MORAIS - LIBERDADE EXPRESSÃO - CENSURA JUDICIÁRIO - LIMITES PUBLICAÇÃO (INTERNET) - HONRA E IMAGEM - RG RECONHECIDA RE	Discutem-se os limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e o estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas. SUSPENDENDO	662055	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	03/09/2015	NÃO	NÃO	NÃO	80551	NÃO
1016	DEPÓSITO JUDICIAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS (POUPANÇA) - RG RECONHECIDA RE	Discute-se se a inclusão, ou não, dos expurgos inflacionários na correção monetária dos depósitos judiciais. SUSPENDENDO	1141156	SUSPENSO COM EFEITOS GERAIS	12/03/2019	NÃO	NÃO	NÃO	80726	SIM
1403	DIREITO AUTORAL - STREAMING - FISCALIZAÇÃO OBRA INTELECTUAL - RG RECONHECIDA ARE	Direito de fiscalização da exploração econômica das obras intelectuais inseridas em plataformas de streaming, com fundamento nos dispositivos constitucionais que compõem o sistema de proteção da propriedade intelectual. SUSPENDENDO	1542420	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	06/06/2025	NÃO	NÃO	NÃO	81021	NÃO

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Atualizado até 12/11/2025

Tema	Palavras-chave	Assunto	Recurso	Situação processual	Reperc.	Julgado	Publicado	Transitado	Código SAJ	Suspensão em 1º e 2º graus
0054	DIREITO DE IMAGEM - ÁLBUM DE FIGURINHAS - JOGADOR FUTEBOL - DANOS MORAIS - GR (RRC) STF RE	Discute-se a ocorrência de dano moral indenizável decorrente da exploração do direito de imagem de atleta profissional em ÁLBUM DE FIGURINHAS sem expressa anuência. SEM ORDEM DE SUSPENSÃO DE PROCESSOS	1058636-35.2020.8.26.0100	GRUPO REPRESENT. CONTROVÉRSIA TJSP/PRIVADO (GR) - SEM SUSPENSÃO DE PROCESSOS	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	80894	NÃO
1255	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EQUIDADE - FAZENDA PÚBLICA - VALOR PROVEITO ELEVADO - RG RECONHECIDA RE	Possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes. QUESTÃO DE ORDEM RESTRINGIU ALCANCE PARA FAZENDA PÚBLICA EM 11.3.2025. VER TEMA 1076 DO STJ E TEMA 1402 DO STF.	1412069	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	24/05/2024	NÃO	NÃO	NÃO	80921	NÃO
1141	INTERNET SITE - DIVULGAÇÃO DADOS PROCESSOS - SEGREDO JUSTIÇA - RG RECONHECIDA ARE	Discute-se a responsabilidade civil por disponibilização na internet de informações processuais publicadas nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, sem restrição de segredo de justiça ou obrigação jurídica de remoção. SUSPENDENDO	1307386	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	11/06/2021	NÃO	NÃO	NÃO	80829	NÃO
1349	JUROS MORATÓRIOS CORREÇÃO MONETÁRIA - FAZENDA PÚBLICA - SELIC - EC 113/2021 - BASE DE CÁLCULO - RG RECONHECIDA RE	Saber se o art. 3º da EC nº 113/2021 determina a incidência da taxa SELIC sobre o valor do débito corrigido acrescido de juros. SUSPENDENDO	1516074	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	08/11/2024	NÃO	NÃO	NÃO	80981	NÃO
1382	MINISTÉRIO PÚBLICO - CONDENAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBÊNCIA - RG RECONHECIDA	Discute-se a possibilidade ou não de o Ministério Público ser condenado em custas, despesas processuais e honorários advocatícios ante (a) o seu papel constitucional de defesa do patrimônio público, que deve exercê-lo com autonomia, independência e imparcialidade; e (b) o fato de que, quando vencedor na demanda, ao Parquet é vedado o recebimento de custas e honorários. SUSPENDENDO	1524619	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	27/03/2025	NÃO	NÃO	NÃO	81006	NÃO
0167	PLANO REAL - CONSTITUCIONALIDADE E ARTIGO 38, LEI 8.880/94 - CORREÇÃO MONETÁRIA EXPURGO INFLACIONÁRIO - RG RECONHECIDA RE	Discute-se a constitucionalidade, ou não, do art. 38 da Lei nº 8.880/94 (que instituiu o Plano Real), o qual estabelece que o cálculo dos índices de correção monetária, no mês em que se verificar a emissão do Real de que trata o art. 3º da referida lei, bem como no mês subsequente, tomará por base preços em Real, o equivalente em URV dos preços em cruzeiros reais, e os preços nominados ou convertidos em URV dos meses imediatamente anteriores. SUSPENDENDO	595107	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	28/08/2009	NÃO	NÃO	NÃO	80127	NÃO
0381	PLANO SAÚDE - RETROATIVIDADE ESTATUTO IDOSO LEI 10.741/2003 - RG RECONHECIDA RE	Discute-se a aplicabilidade, ou não, da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) a contratos de plano de saúde firmados antes de sua vigência, relativamente à cláusula que autoriza a majoração do valor da mensalidade em função da idade do beneficiário contratante. SUSPENDENDO	630852	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	31/05/2011	PARCIAL	NÃO	NÃO	80355	NÃO

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Atualizado até 12/11/2025

Tema	Palavras-chave	Assunto	Recurso	Situação processual	Reperc.	Julgado	Publicado	Transitado	Código SAJ	Suspensão em 1º e 2º graus
0265	POUPANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANO COLLOR I VALOR NÃO BLOQUEADO - RG RECONHECIDA RE	Discute-se o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano econômico denominado Collor I. Valores NÃO bloqueados. SUSPENDENDO	591797	SUSPENSO COM EFEITOS GERAIS	30/04/2010	NÃO	NÃO	NÃO	80114	SIM
0264	POUPANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - PLANOS BRESSER E VERÃO - RG RECONHECIDA RE	Discute-se o direito, ou não, a diferenças de correção monetária de depósitos em cadernetas de poupança, por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos denominados Bresser e Verão. SUSPENDENDO	626307	SUSPENSO COM EFEITOS GERAIS	30/04/2010	NÃO	NÃO	NÃO	80129	SIM
1423	PREVIDÊNCIA PRIVADA - COMPLEMENTAÇÃO APOSENTADORIA - HOMEM MULHER - MESMO TEMPO CONTRIBUIÇÃO - RG PENDENTE RE	Discute-se se é constitucional cláusula de plano de previdência complementar que exige o mesmo tempo de contribuição de homens e mulheres para recebimento do benefício integral. REPERCUSSÃO GERAL EM ANÁLISE	1415115	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	PENDENTE DE ANÁLISE	NÃO	NÃO	NÃO	81034	NÃO
1205	PROPRIEDADE INTELECTUAL - REGISTRO INPI - DEMORA x MARCA RENOME MUNDIAL - RG RECONHECIDA ARE	Discussão sobre a exclusividade da propriedade industrial em razão da demora na concessão do registro de marca pelo INPI concomitante ao surgimento de uso mundialmente consagrado da mesma marca por concorrente SUSPENDENDO	1266095	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	25/04/2022	NÃO	NÃO	NÃO	não aplica	NÃO
0950	RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA (INDENIZAÇÃO) - ESTADO - IMUNIDADE PARLAMENTAR - RG RECONHECIDA RE	Discute-se se há responsabilidade civil do Estado por ato protegido por imunidade parlamentar. Trecho do acórdão que reconheceu a existência de repercussão geral: <i>A questão constitucional em exame consiste em definir se a inviolabilidade civil e penal assegurada aos parlamentares, por suas opiniões, palavras e votos (art. 53, da Constituição), afasta a responsabilidade civil objetiva do Estado, prevista no art. 37, § 6º, da Constituição.</i> SUSPENDENDO	632115	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	29/06/2017	27/09/2025	NÃO	NÃO	80656	NÃO
1417	TRANSPORTE AÉREO - ATRASO CANCELAMENTO ALTERAÇÃO VOO - RESPONSABILIDADE DANOS - CBA x CDC - RG RECONHECIDA ARE	Discute-se a responsabilidade do transportador aéreo pelo dano decorrente de cancelamento, alteração ou atraso do transporte contratado deve ser regida pelo Código Brasileiro de Aeronáutica ou pelo Código de Defesa do Consumidor, considerando o princípio da livre iniciativa e as garantias de segurança jurídica, de proteção ao consumidor e de reparação por dano material, moral ou à imagem. SUSPENDENDO	1560244	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	29/08/2025	NÃO	NÃO	NÃO	81030	NÃO

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Atualizado até 12/11/2025

Tema	Palavras-chave	Assunto	Recurso	Situação processual	Reperc.	Julgado	Publicado	Transitado	Código SAJ	Suspensão em 1º e 2º graus
1313	UNIÃO ESTÁVEL - CASAMENTO - TERMO INICIAL CONVERSÃO + ACESSO JURISDICIONAL - EMENDA INICIAL - PEDIDOS INDEPENDENTES - RG RECONHECIDA ARE	Matérias sob análise de repercussão geral: I) termo inicial dos reflexos da conversão da união estável em casamento; e II) acesso à justiça e a negativa de prestação jurisdicional decorrente da extinção do processo pelo indeferimento da petição inicial decorrente da falta de emenda, consistente na extração de um dos pedidos, quando presentes outros pedidos independentes e passíveis de processamento e julgamento. SUSPENDENDO	1405467	SUSPENSO SEM EFEITOS GERAIS	25/09/2024	NÃO	NÃO	NÃO	80966 80967	NÃO